



Região Autónoma da Madeira

Diário

I Série

Assembleia Legislativa

XI Legislatura
II Sessão Legislativa (2016/2017)

Número: 54
Quinta-feira, 27 de abril de 2017

REUNIÃO PLENÁRIA

Presidente: Exmo. Sr. José Lino Tranquada Gomes
Secretários: Exmos. Srs. Clara Tiago de Sousa Coelho
Sofia Maria Araújo Canha Sousa

Sumário

O Sr. Presidente declarou aberta a Reunião às 09 horas e 12 minutos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:- Iniciou-se o debate mensal temático, agendado nos termos do artigo 202.º do Regimento da Assembleia Legislativa e tendo por base o regime específico aprovado na Conferência dos Representantes dos Partidos, subordinado ao tema “**Transportes e Operação Portuária**”, com uma primeira volta de perguntas, com direito a reformulação, ao Sr. Presidente do Governo Regional (Miguel Albuquerque), tendo para o efeito usado da palavra os Srs. Deputados Carlos Rodrigues (PSD), Rui Barreto (CDS/PP), Carlos Costa (JPP), Jaime Leandro (PS), Sílvia Vasconcelos (PCP), Roberto Almada (BE), José Manuel Coelho (PTP) e Gil Canha (Independente).

Na segunda volta de perguntas, usaram da palavra os Srs. Deputados Victor Freitas (PS), Rafael Nunes (JPP), Avelino Conceição (PS), Edgar Silva (PCP), Rui Barreto (CDS/PP), Carlos Rodrigues (PSD), Elvino Sousa (JPP), Rodrigo Trancoso (BE), Mário Pereira (CDS/PP), Sílvia Vasconcelos (PCP), Bernardo Caldeira (PSD), Victor Freitas (PS) e Jaime Filipe Ramos (PSD).

Usou ainda da palavra no debate o Sr. Secretário Regional da Economia, Turismo e Cultura (Eduardo Jesus).

O Sr. Presidente encerrou a Reunião às 12 horas e 06 minutos.

O SR. EDGAR SILVA (PCP):- Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo, a questão que gostaríamos de colocar tem a ver com os custos da ligação aérea, entre a Madeira e o Porto Santo.

Ainda ontem num trabalho emitido pela RTP- Madeira ficamos a conhecer que na sequência do concurso público internacional que está em curso para as ligações aéreas entre a Madeira e o Porto Santo, que há uma elevada probabilidade de uma subida dos preços dos bilhetes a serem pagos pelos passageiros pelos utentes e, portanto, sejam eles não residentes, sejam eles residentes.

Neste momento, o processo já é muito elevado. Neste momento para que um não residente viaje de avião entre a Madeira e o Porto Santo, pagará sempre mais de 110 Euros para ir ao Porto Santo de avião. Sempre acima dos 100 Euros, podendo chegar aos 120 Euros. É inaceitável, porque é muito mais caro ir da Madeira ao Porto Santo do que ir para qualquer lugar de Lisboa para um qualquer ponto da Europa. E não é aceitável que para ir da Madeira ao Porto Santo, dez minutos de voo, um qualquer não residente tenha que pagar tarifas tão elevadas, mesmo para o residente pagar acima dos 70 Euros na ligação aérea para o Porto Santo é excessivo. E a questão que aqui se coloca, é que medidas é que o Governo vai garantir, de forma a que os preços que têm a ver com a continuidade territorial, têm a ver com a mobilidade, com o direito à mobilidade, que tem a ver com a competitividade turística do Porto Santo, tem a ver com a defesa da economia da ilha do Porto Santo, que medidas vai o Governo concretizar para que o transporte de passageiros, os bilhetes de avião, sejam, de facto, mais justos, que tenham preços minimamente aceitáveis e não esta forma de exploração que está em curso e que tem estado em imperar com tanta penalização para o Porto Santo, para a economia do Porto Santo e até para a própria economia da Região Autónoma da Madeira.

Uma última nota, relativamente aos trabalhadores da estiva, os trabalhadores portuários. O que é que a gente precisa? Não é de moralina! Que venha o Governo dizer que se compromete a estar do lado de quem trabalha, que está bem-intencionado e que tudo vai fazer. A questão que está aqui colocada é que medidas concretas que o Governo vai concretizar para o combate ao trabalho precário, dos falsos recibos verdes e no que diz respeito à precariedade laboral, as questões que se colocam, é que medidas vai o Governo concretizar, para que acabe o contrato à hora, ao dia, trabalhadores que são contratados por SMS que são piores do que a pior mão-de-obra que existe em qualquer parte da Europa...

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Deputado, agradeço que conclua.

O ORADOR:- ...a questão é: há necessidades permanentes de trabalho? Se os trabalhadores são necessários todos os dias, porque é que não hão de ter um contrato? Um contrato permanente?

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Deputado, agradeço que conclua.

O ORADOR:- Um contrato à hora – e termino já – o contrato por SMS é feito no quadro da legalidade. O problema não é que o Governo vá ... fazer para que postos...

O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado, Sr. Deputado.

O ORADOR:- ...de trabalho permanente, necessidades permanentes de trabalho, corresponda vínculos permanentes de trabalho e esta é que é a grande questão.

O SR. GIL CANHA (Independente):- Muito bem!

O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Rui Barreto para uma pergunta, tem a palavra.

O SR. RUI BARRETO (CDS/PP):- Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não estando o Sr. Presidente do Governo, coloco três questões ao Sr. Secretário Regional, uma delas, para que fique claro sobre a operação portuária, sobre a revisão do modelo que foi hoje anunciada.

Sr. Secretário, o valor, no custo final das mercadorias, na fatura final que o Madeirense paga nas mercadorias a operação portuária significa entre 5 a 10%. No valor final da fatura. O Governo vai lançar um concurso público internacional, vai fixar um valor da concessão e vai arrecadar essa receita. A questão que eu insisto, para ficar clara, é esta: o valor da concessão vai servir para a APRAM baixar taxas e refletir isso no consumidor final, ou esse dinheiro vai ficar na APRAM que está numa situação financeira deplorável e que assim não vai refletir no consumidor?

E isto é muito importante, porque ainda há pouco estava aqui um Sr. Deputado a dizer, vai baixar 10, 15, 20 30? A OPM significa 10%, se o Governo vai receber o valor da concessão, esse valor da concessão vai-se refletir no valor final, ou vai ficar na APRAM? Porque se ficar na APRAM, então estamos a falar aqui, estamos a dar a volta, é a quadratura do círculo e vai ficar tudo exatamente no mesmo.

Sr. Secretário, em relação ao *ferry*, eu gostaria que ficasse claro, se no concurso que vai ser lançado, é um concurso misto, passageiros e mercadoria, ou é apenas de passageiros?

O SR. GIL CANHA (Independente):- Muito bem!

O ORADOR:- Porque isso também não ficou claro na resposta do Sr. Presidente do Governo. O Sr. Presidente do Governo nem respondeu. O Sr. Presidente do Governo veio se refugiar numa lei – que eu não sei qual é essa lei, peço desculpa, mas não sei – então qual é a lei que permite, por exemplo, a Porto Santo Line transporte passageiros e mercadorias para o Porto Santo?

E qual é a lei que permite entre as Ilhas Canárias transportar passageiros e mercadoria?

Repare, se somos nós que no próprio caderno de encargos, queremos que a dinamização da linha figure, que aspetos relevantes como este que acabei aqui de referir, flexibilização dos horários, da capacidade da carga e dos passageiros sejam acautelados, com certeza que o mercado irá reagir de uma forma diferente.

O preço eu já lhe vou esclarecer, de vez, uma coisa: ninguém, mas absolutamente ninguém, nem uma alma, em todo este processo reclamou do preço das viagens ao Porto Santo, porque as pessoas têm a consciência que o preço que é praticado hoje em dia, acima de tudo, com a aplicação do subsídio de mobilidade criado por este Governo, é um preço mais do que acertado, para aquela mesma linha. Ninguém reclamou do preço da passagem aérea. A única alma que eu conheço nesta terra que falou nisso foi V. Exa. e foi hoje. Depois deste debate já se ter feito publicamente, de se ter feito nesta Casa, variadíssimas vezes.

Aparte inaudível do Sr. Lopes da Fonseca (CDS/PP).

Portanto, é uma falsa questão, querer levantar este problema, neste momento.

Burburinho.

Mas, relativamente, à questão objetiva que me coloca, da concessão...

Apertes inaudíveis da bancada do CDS/PP.

Relativamente...

Atenção, eu vim aqui para um debate do transporte marítimo e dos portos. Mas estou disponível para responder a qualquer coisa.

V. Exa. coloca-me questões sobre o transporte terrestre, eu respondo. Se quiser colocar questões sobre o transporte aéreo, eu também respondo, não tem problema nenhum.

É isso que eu estou a tentar fazer, se me deixarem falar, obviamente.

Mas respondendo à questão que me colocou, relativamente à receita da concessão que é uma grande diferença entre o regime da licença e o regime da concessão, é que a concessão a Região passa a ter uma contrapartida e a licença não tem contrapartida absolutamente nenhuma.

E é por isso que o terminal de contentores do Caniçal encontra-se no estado em que se encontra.

Aparte inaudível do Sr. Rui Barreto (CDS/PP).

Não, não, não. Já explico.

V. Exa. que tenha calma, não se enerve, estou agora eu a lhe responder.

Calma, está desiludido com as boas notícias?

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Secretário Regional, não há que se enervar.

O ORADOR:- Quero responder objetivamente à sua questão.

O SR. PRESIDENTE:- O Sr. Secretário limita-se a responder às questões que lhe foram colocadas.

O ORADOR:- A receita que vier é para reduzir a TUP carga praticada pela APRAM. Está aqui a resposta. Satisfeito? Ótimo.

Neste momento, assume o lugar de Secretária da Mesa, a Sra. Vice-Secretária, Emília Patrícia Mendonça Spínola, em substituição da Sra. Secretária, Sofia Maria Araújo Canha.

Queira V. Exa. apontar e corrigir os seus números, que é muito bom que o Sr. Deputado tenha isto em consideração, para não repetir, e depois disso passa a ser frequente, o frete representa 75% da fatura portuária. Aquilo que é faturado pelo operador são 16% e aquilo que é faturado pela APRAM são 4%. São estes os números certos para V. Exa. ter em consideração.

Relativamente ao *ferry*, e porque coloca outra questão objetiva, a linha será aquela que a União Europeia autorizar, no regime de ajudas de Estado.

O que coloca aqui o entrave ao lançamento deste concurso, é o facto de se atribuir uma indemnização compensatória. E essa indemnização compensatória figura uma ajuda de Estado que só pode ser atribuída com anuência da União Europeia.

A União Europeia está a apreciar a nossa candidatura neste aspeto. Aquilo que nos for autorizado implementar, é aquilo que nós vamos fazer, porque se não for autorizado um ou outro, nós não vamos contra aquela que for...

Aparte inaudível do Sr. Rui Barreto (CDS/PP).

Foram pedidas as duas e nós estamos à espera da apreciação da União Europeia. Isto mais transparente não podia ser, Sr. Deputado.

Quería aqui referir que não se deve fazer uma comparação entre a concessão da Porto Santo Line, para o Porto Santo, e esta linha *ferry* que queremos estabelecer com Portugal Continental.

Aparte inaudível.